

A INCRÍVEL HISTÓRIA DE 30 ANOS QUE ANTECEDEU O PIX

José Fogaça

O Pix, sistema de pagamentos idealizado, criado e elaborado no governo Michel Temer, inaugurado no governo Bolsonaro e agora defendido com unhas e dentes pelo governo Lula, está abalando o mundo.

Os cartões de crédito, como sabemos, têm origem nos Estados Unidos e até agora, consistiam na quase único meio de substituição da moeda física – com largo uso em todo o planeta.

O eficiente e bem sucedido Pix brasileiro, mais do que um intermediário para transações financeiras, tornou-se um instrumento de transformações sociais e econômicas. A ponto de, quase como um pequeno Davi ante o gigante Golias, estar sendo visto como grande ameaça à hegemonia e ao domínio dos cartões de crédito americanos no mundo.

Aos primeiros sinais de reação do governo Donald Trump, abrindo processos de investigação contra o Pix brasileiro, a primeira sensação que tive foi de espanto e perplexidade.

Como um instrumento financeiro criado no Brasil chegou a tal nível de poder e importância? O que fizemos nós para sermos tão robustos e dominantes – e sobretudo ameaçadores? Como uma invenção brasileira conseguiu se alçar a uma posição tão elevada que intimida e atemoriza as mais poderosas estruturas do sistema financeiro mundial?

Dei-me conta, em um simples flash mental ao passado, que todo esse poderio brasileiro, toda essa força, na verdade, nasceu de uma enorme fraqueza. Sim, por trás do Pix há uma história de profunda fragilidade brasileira. O Pix – pode-se dizer, na verdade – é filho de um mal que veio para o bem.

O governo João Goulart tivera, ao longo do ano de 1963, uma inflação de 81,3%. Após o golpe militar, com a assunção à presidência da República por Castelo Branco, o ano de 1964 terminara com uma inflação de 92,1%.

Pela legislação vigente, os títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro não podiam, naquele tempo, oferecer mais do que 12% – o que era muito menos que a inflação.

Ninguém mais queria comprar títulos do Tesouro. A Lei da Usura havia sido criada para impedir juros exorbitantes. No entanto, sem vender seus títulos ao público, o governo não tinha como financiar o seu déficit. A saída que restava, então, era muito ruim: impressão direta de moeda – expediente que acabava produzindo mais inflação.

Castelo Branco tinha naquela época dois ministros: Roberto Campos, no Planejamento e Octávio Gouveia de Bulhões, na Fazenda.

Deles veio a ideia providencial, através de uma alternativa pouco utilizada e pouco conhecida naquele Brasil dos anos 60: a correção monetária.

Os títulos colocados pelo Banco Central (ORTNs) pagariam não apenas juros, mas sim juros mais atualização monetária (correção da inflação). Foi um “santo remédio”. Os investidores voltaram a comprar títulos da dívida pública e o governo brasileiro pôde financiar o seu déficit. O Brasil, por algum tempo, pôde respirar.

Mas o instituto da correção monetária não ficou só nos títulos da dívida. Salários, contratos de longo prazo, impostos, cadernetas de poupança passaram a ter também a cláusula de reajuste pela inflação. O Brasil se transformou, da noite para o dia, em uma gigantesca economia inflacionária inercialmente indexada, já que os preços não mudavam apenas pela oferta e pela procura, mas também e muito pela expectativa e pelo histórico da inflação anterior.

O Brasil transformou-se no país do overnight.

Quem tinha conta em banco tinha correção monetária. Os pobres, no Brasil, porém eram pessoas desbancarizadas, não tinham como corrigir seus salários. A inflação destruía o poder aquisitivo daqueles cujo dinheiro não passasse pelo sistema financeiro.

Nos anos 1970 e 1980, entramos em um ciclo inflacionário sem precedentes. Vivemos um período sacrificial de hiperinflação como poucos povos no mundo conheceram.

Foi nesse duro período que os bancos, no Brasil, não tiveram outro caminho senão encontrar uma maneira de proteger o capital dos seus clientes. A solução foi investir maciçamente num sistema de correção dos depósitos.

Processar reajustes em prazos curtíssimos, de poucas horas, exigiu uma verdadeira revolução tecnológica no setor bancário nacional.

A verdade é que a dramática experiência da hiperinflação brasileira, que a tantos brasileiros fez sofrer, tornou os bancos brasileiros pioneiros e campeões mundiais em automação. Os bancos se transformaram nas principais empresas de TI do país. O que os bancos brasileiros tiveram que fazer não teve e até hoje não tem paralelo no mundo.

Os bancos americanos, que só conheciam baixa inflação, jamais chegaram perto do desenvolvimento tecnológico alcançado pelos bancos brasileiros.

Trilhões de cruzeiros (sim, eram cruzeiros, não existia ainda o real) tinham que ser liquidados diariamente entre os bancos e o Banco Central. A estrutura bancária do Brasil se viu obrigada a criar, rapidamente, sistemas de compensação eletrônica extremamente velozes. Foi nesse processo, enfim, que se tornou necessário construir as bases do que viria a ser o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) que permitiu, décadas depois, a infraestrutura que produziu o Pix.

Em 2016 foram iniciadas as pesquisas técnicas e estudos sobre pagamentos instantâneos e em 2018, vendo que a estrutura bancária do Brasil era perfeitamente compatível com a ousada ideia, foi criado o Grupo de Trabalho sobre Pagamentos Instantâneos. Em dezembro de 2018, ainda dentro do governo Temer, foi publicado o Comunicado nº 32.927, que estabeleceu os requisitos e as diretrizes que permitiriam a criação do Pix.

O Pix é genial. O Pix é produto da inteligência brasileira. O Pix ajuda a milhões de pobres e remediados a ter vida bancária e identidade econômica. O Pix, sem medo de errar, só se tornou possível graças à luta deste país, ao longo de 30 anos, para fazer frente às suas mazelas econômicas e ao histórico sofrimento que a inflação causou a toda uma geração de brasileiros.